A CUBATÃO SUSTENTÁVEL QUE QUEREMOS SE CONSTRÓI COM PESSOAS

1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL ODS CUBATÃO 2030



TERRITORIALIZAÇÃO DOS ODS:

Diagnóstico, Propostas e Memória Conferencial de Cubatão

Apoio:

Realização:

Ribeiro, Bruno de Souza
Territorialização dos ODS: Diagnóstico, Propostas e Memória Conferencial de Cubatão / Bruno de Souza Ribeiro — Cubatão : Prefeitura Municipal de Cubatão, Movimento ODS Cubatão 2030, 2026. 54 p. : il.

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). 3. Participação Social e Políticas Públicas. 4. Cubatão (SP). I. Ribeiro, Bruno de Souza. II. Territorialização dos ODS: Diagnóstico, Propostas e Memória Conferencial de Cubatão.

CDU 504:330.34

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e organizadores.
Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610, de 1998.
Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Prefeitura Municipal de Cubatão, exceto nos casos de breves citações, desde que indicada a fonte.

Prefeitura Municipal de Cubatão
Gabinete da Vice-Prefeita
Movimento ODS Cubatão 2030
Praça dos Emancipadores, s/nº — Centro — Cubatão (SP) — CEP 11510-900
Telefone: (13) 3362-4000
cubatao.sp.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO

GESTÃO 2025/2028

César da Silva Nascimento
Prefeito de Cubatão

Andrea Maria Castro
Vice-Prefeita de Cubatão

Ivan Hildebrando
Secretário Municipal de Assistência Social

Rodrigo Dias Silva
Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos

Alessandra Martins Alves Rabello
Superintendente da Caixa de Previdência dos Servidores de Cubatão

Lidiane Goulart Fogaça
Secretária Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia

Guilherme Amaral Belo Nogueira
Secretário Municipal de Comunicação Social

Vanessa Fraga
Controladora-Geral do Município

Omar Bermedo Taucare
Secretário Municipal de Cultura

Rafael Lamberti
Superintendente da CMT

Danielle Cristina Pereira de Souza
Secretária Municipal de Educação

Guilherme Santos Bechara Maxta
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Fabrício Lopes
Secretário Municipal de Indústria, Porto, Emprego e Empreendedorismo

Luiz Alberto Maia da Silva
Secretário Municipal de Finanças

Simone Aparecida dos Santos Lopes
Presidente do Fundo Social de Solidariedade

Renata Almeida dos Santos
Chefe de Gabinete do Prefeito

João Roberto Monteiro da Silva Barbosa
Secretário Municipal de Gestão

Guilherme Amaral Belo Nogueira
Secretário Municipal de Governo

Andrea Maria de Castro
Secretária de Habitação

Elmo Ferreira
Secretário de Manutenção Urbana e Serviços Públicos

Jaqueline Barbosa
Secretária Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos

Cleiton Jordão Santos
Secretário de Meio Ambiente, Segurança Climática e Bem-Estar Animal

Marcos Silva Quarterolli
Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano

Wilney José Fraga
Secretário Municipal de Planejamento

Gilberto Freitas da Silva
Procurador-Geral do Município

Lidiane Goulart Fogaça
Secretária Municipal de Saúde

Aparecido Amaral de Carvalho
Secretário Municipal de Segurança Pública e Cidadania

Elias Silva
Secretário Municipal de Turismo

COORDENAÇÃO MOVIMENTO ODS AGENDA 2030 CUBATÃO

Andrea Maria Castro
Coordenadora dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Sandra Regina Fonseca de Godoi
Assessora Especial de Coordenação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Barbara Iseli Martins de Andrade
Divisão de Planejamento e Controle dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Sheila Carla Pereira Santos da Silva
Serviço de Desenvolvimento Técnico, Gestão e Acompanhamento da Participação

Luiz Carlos Mendonça Correia
Chefe de Gabinete do Vice-Prefeita

Ricardo Claudino
Serviço de Expediente

Anderson de Carvalho Romão
Assessor Político

Bruno de Souza Ribeiro
Assistente Social

Verônica Roberta Assunção Queiroz
Assessoria Técnica Ambiental – RTA Ambiental

Fala do Prefeito

A Conferência Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é um marco para Cubatão. Mais do que um encontro, é um espaço de reflexão e construção coletiva, onde reafirmamos nosso compromisso com a Agenda 2030 e com o futuro da nossa cidade. Cubatão, que já enfrentou grandes desafios ambientais, hoje se apresenta como referência de transformação e resiliência. Esta conferência nos permite alinhar políticas públicas, ouvir a sociedade civil e fortalecer parcerias, sempre com o objetivo de promover desenvolvimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. É um passo decisivo para garantir às próximas gerações uma cidade mais justa e próspera.

Fala da Vice-Prefeita

Como Vice-Prefeita, Secretária de Habitação e Coordenadora dos ODS em Cubatão, sinto orgulho em ver nossa cidade protagonizando este processo. A Conferência Municipal dos ODS tem sido uma oportunidade para avaliarmos avanços, reconhecermos desafios e construirmos soluções coletivas. A Agenda 2030 nos inspira a pensar globalmente e agir localmente, transformando os ODS em ações concretas que impactam diretamente a vida das pessoas. Queremos uma Cubatão mais inclusiva, com moradia digna, educação de qualidade, igualdade de oportunidades e respeito ao meio ambiente. Este encontro simboliza nossa determinação em unir forças e ampliar a participação social, porque acreditamos que somente juntos alcançaremos um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

SIGLAS

ACT – Acordo de Cooperação Técnica;

APRODAB – Associação de Proteção e Desenvolvimento Ambiental da Baixada Santista;

CAMP – Centro de Aprendizagem Metódica e Prática;

CAPS - Centros de Atenção Psicossocial

CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola;

CMT - Companhia Municipal de Trânsito;

CNODS – Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

COMODS – Conselho Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

CONDESB – Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana da Baixada Santista

CPOP - Rede Nacional de Cursinhos Populares

CRIFT - Centro de Referência Infantil

CRPV - Centro de Reabilitação de Pessoas Vulneráveis

EJA – Educação de Jovens e Adultos;

ETEC – Escola Técnica Estadual;

GOV.br – Plataforma de Serviços Digitais do Governo Federal;

GT/GTs – Grupo(s) de Trabalho;

IA – Inteligência Artificial;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IFSP – Instituto Federal de São Paulo;

IPCC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas;

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano;

MPT – Ministério Público do Trabalho;

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PCD / PCDs – Pessoa Com Deficiência;

ProUni – Programa Universidade Para Todos;

RLV – Relatório Local Voluntário;

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial;

SG/PR – Secretaria-Geral da Presidência da República;

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo;

UPA / UPAs – Unidade de Pronto Atendimento;

VLT – Veículo Leve Sobre Trilhos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 11

2. DO PROCESSO CONFERENCIAL 13

2.1. DA ARTICULAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ETAPAS PREPARATÓRIAS 13

2.2. DA INOVAÇÃO DA ETAPA DIGITAL NACIONAL 14

2.3. DA CULMINÂNCIA NA ETAPA NACIONAL 14

3. DAS CONFERÊNCIAS REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO 16

3.1. 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL ODS DE CUBATÃO 2030 16

3.2. CONFERÊNCIA LIVRE ODS: ETEC DE CUBATÃO 19

3.3. 1ª CONFERÊNCIA LIVRE – CULTURA E ODS CUBATÃO 21

3.4. CONFERÊNCIA LIVRE - CAMINHOS PARA INCLUSÃO, EQUIDADE, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 22

3.5. 1ª CONFERÊNCIA LIVRE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): CONECTANDO GERAÇÕES POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL 25

4. RESULTADO DAS CONFERÊNCIAS (PROPOSTAS) 26

4.1. PROPOSTAS PRIORIZADAS (APROVADAS) PARA A ETAPA NACIONAL 27

4.1.1. Política de Governança, Fortalecimento Democrático e Institucional 28

4.1.2. Política de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura Ecológica 28

4.1.3. Política de Assistência Social e Redes de Prevenção e Proteção Comunitária 28

4.1.4. Política de Transição Energética e Incentivos Fiscais Sustentáveis 28

4.1.5. Política de Controle Social, Transparência e Ouvidoria Pública 28

4.1.6. Política de Captação de Recursos e Relações Internacionais 29

4.1.7. Política de Educação, Cidadania e Fomento Estudantil 29

4.1.8. Política de Direitos Humanos, Inclusão de Minorias e Convivência Social 29

4.1.9. Política de Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo Periférico 29

4.1.10. Política de Inovação Tecnológica, Empregabilidade e Mercado de Trabalho 29

4.1.11. Política de Tecnologia Assistiva, Pesquisa Médica e Inclusão de PCD 30

4.1.12. Política de Cultura, Patrimônio Cultural e Inclusão Social 30

4.2. PROPOSTAS NÃO PRIORIZADAS PARA A ETAPA NACIONAL 30
4.2.1. Política de Educação, Formação Acadêmica e Desenvolvimento da Juventude 30
4.2.2. Política de Direitos Humanos, Diversidade, Igualdade Racial e Inclusão Social 31
4.2.3. Política de Assistência Social, Proteção Social e Inclusão de Grupos Vulneráveis 32
4.2.4. Política de Igualdade de Gênero e Proteção às Mulheres 33
4.2.5. Política de Trabalho, Empregabilidade, Inovação e Desenvolvimento Econômico 33
4.2.6. Política de Meio Ambiente, Economia Circular e Sustentabilidade 33
4.2.7. Política de Mobilidade Urbana, Transporte Inteligente e Infraestrutura 34
4.2.8. Política de Saúde, Tecnologia Assistiva e Bem-Estar 34
4.2.9. Política de Governança Democrática, Participação Social e Gestão Pública 35
5. PROPOSTAS APROVADAS PELA CONFERÊNCIA NACIONAL 36
5.1. Eixo 1 - Democracia e instituições fortes 36
5.1.1. Democracia Participativa e Cultura de Sustentabilidade 36
5.1.2. Democracia e Instâncias de Participação 37
5.1.3. - Democracia e diversidade 37
5.2. Eixo 2 – Sustentabilidade ambiental 38
5.2.1. Transição Ecológica e Centralidade dos Territórios 38
5.2.2. Educação Ambiental e Enfrentamento da Crise Climática 38
5.2.3. Cadeias produtivas e Gestão Ambiental 39
5.3. Eixo 3 - Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades 40
5.3.1. Inclusão Social e Diversidade 40
5.3.2. Educação, Trabalho e Gênero 40
5.3.3. Políticas Públicas 41
5.4. Eixo 4 - Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável 41
5.4.1. Inovação e Tecnologias Socioambientais 41
5.4.2. Educação Tecnológica e Inclusão digital 42
5.5. Eixo 5 - Governança participativa 42
5.5.1. Governança da Agenda 2030 42
5.5.2. Gestão Territorial e Monitoramento 43

5.6. **Eixo 6 - Colaboração multisetorial e financiamento da Agenda 2030** 43

5.6.1. Financiamento da Agenda 2030 43

5.6.2. Recursos para o Desenvolvimento Sustentável 44

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 45

Conselho Municipal para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - COMODS 46

Glossário 50

1. INTRODUÇÃO

As conferências participativas consolidam-se como instâncias democráticas fundamentais para a avaliação, formulação e aperfeiçoamento de políticas públicas no cenário brasileiro. Pautadas no princípio da gestão democrática, esses espaços articulam de forma paritária representantes do poder público e da sociedade civil organizada para a construção coletiva de soluções locais voltadas ao desenvolvimento. No âmbito da Agenda 2030, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015, a realização desses encontros ganha um relevo estratégico imperativo, constituindo a principal ferramenta para a territorialização e fortalecimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) universais, somados ao ODS 18 — Igualdade Étnico-Racial —, adotado voluntariamente pelo Brasil para o enfrentamento do racismo estrutural.

A convocação oficial da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, por meio da Portaria SG/PR nº 206, de 23 de dezembro de 2025, fixou como tema central: "*A Agenda 2030 no Brasil: Fortalecer a Democracia e Defender os Direitos Humanos para a construção coletiva de um novo modelo de desenvolvimento sustentável*". O propósito maior desta jornada conferencial consiste em sensibilizar, mobilizar e promover o letramento da sociedade acerca dos ODS, ajustando a narrativa institucional rumo a um modelo de desenvolvimento que se apresente socialmente justo, inclusivo, ambientalmente responsável e economicamente viável.

O contexto global e nacional impõe extrema urgência a esses debates. Dados internacionais apontam que cerca de 1,1 bilhão[1] de pessoas no mundo persistem em situação de pobreza multidimensional aguda, enquanto a metade mais pobre da população global detém uma fração mínima da riqueza, contrastando com o 1% mais rico[2], que acumula aproximadamente

[1] UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP); OXFORD POVERTY AND HUMAN DEVELOPMENT INITIATIVE (OPHI). Global Multidimensional Poverty Index 2025: Where Multidimensional Poverty and Climate Hazards Overlap. New York: UNDP/OPHI, 2025. Disponível em: < https://www.mppn.org/global-mpi-2025-where-multidimensional-poverty-and-climate-hazards-overlap/#:~:text=climate%20policy%20that%20ignores%20poverty%20will%20miss,in%20half%20or%20more%20of%20these%20indicators.>. Acesso em: 6 jul. 2026.

[2] OXFAM INTERNATIONAL. Time to Care: Methodology note. Oxford: Oxfam GB, 2020. Disponível em: < https://www.kedv.org.tr/public/uploads/files/raporlar/Oxfam%202020%20Inequality%20Report%20Methodology-EN.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2026.

45% do patrimônio mundial. Sob a vertente ambiental, os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) alertam que a contenção do aquecimento global em 1,5°C[3] exige reduções profundas e estruturais de 43% nas emissões de gases de efeito estufa até 2030, demandando uma transição célere em setores vitais como transporte, energia e uso do solo. No Brasil, embora os indicadores do IBGE demonstrem uma melhora com a saída de 8,7 milhões de pessoas da linha de pobreza em 2023, o contingente de 9,5 milhões[4] de cidadãos em extrema pobreza reafirma a necessidade de continuidade e robustecimento de políticas públicas inclusivas.

Diante desse cenário, o município de Cubatão assume protagonismo histórico. Reconhecida internacionalmente por sua trajetória de superação industrial e ampla recuperação ecológica, a cidade projeta-se na Agenda 2030 sob o lema local "*A Cubatão Sustentável que queremos se constrói com pessoas*". Alinhando-se às diretrizes da Comissão Organizadora Nacional, o município engajou-se em um amplo processo de mobilização social que resultou na realização de conferências municipais e livres. O presente relatório técnico tem por finalidade consolidar a memória institucional, a metodologia e as diretrizes políticas dessas etapas locais, servindo de base para a representação das demandas e potencialidades do território na etapa nacional.

[3] IPCC. Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>. Acesso em: 6 jul. 2026.

[4] IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Rendimento de todas as fontes 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/2511-np-pnadcontinua/17270-pnad-continua.html?edicao=39587&t=resultados>. Acesso em: 6 jul. 2026.

2. DO PROCESSO CONFERENCIAL

O processo conferencial da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é concebido como uma jornada integrada, descentralizada e progressiva de participação social. A sua estrutura metodológica foi desenhada para garantir que os debates e deliberações ocorram de forma capilarizada em todo o território nacional, permitindo que a construção do Caderno Nacional de Propostas reflita com fidelidade as realidades locais, regionais e nacionais. Conforme estabelecido na regulamentação federal, o processo é composto por cinco etapas fundamentais e interligadas: Livre, Estadual, Distrital, Digital e Nacional.

2.1. DA ARTICULAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS ETAPAS PREPARATÓRIAS

As etapas preparatórias funcionam como a base de sustentação política do evento. De forma a assegurar o amplo controle social e a legitimidade dos debates, todas as comissões organizadoras locais devem adotar uma composição paritária entre o Poder Público e a Sociedade Civil, respeitando critérios rigorosos de igualdade de gênero, diversidade étnico-racial, orientação sexual e inclusão de pessoas com deficiência.

Conferências Estaduais e do Distrito Federal: Convocadas oficialmente pelos Poderes Executivos estaduais ou organizadas de forma supletiva pela sociedade civil na ausência de ato oficial. Têm como atribuição eleger delegações fixas obedecendo à proporção de dois terços (2/3) de representantes da sociedade civil e um terço (1/3) de representantes governamentais. Cada etapa estadual é responsável por formular e encaminhar exatamente 6 propostas para a fase nacional, limitadas a 1 proposta por eixo temático.

Conferências Livres: Consistem em instâncias abertas, plurais e autônomas, que podem ser promovidas por municípios, universidades, movimentos sociais, coletivos e redes temáticas. Elas descentralizam o debate ao permitir que comunidades tradicionais, públicos vulneráveis e instituições setoriais estruturem discussões diretamente focadas em suas realidades territoriais. Cada conferência livre pode encaminhar de 1 a 6 propostas em âmbito

nacional (no máximo uma por eixo) e tem o direito de indicar 1 pessoa delegada titular (com respectivo suplente) para a etapa nacional.

2.2. DA INOVAÇÃO DA ETAPA DIGITAL NACIONAL

Realizada entre os dias 1º e 20 de maio de 2026, a Etapa Digital Nacional configurou-se como um marco de inovação metodológica no campo da democracia participativa no Brasil. Utilizando a plataforma *Brasil Participativo*, o Governo Federal abriu o Caderno de Propostas preliminar — composto pelas contribuições filtradas e validadas nas etapas estaduais e livres — para consulta, comentário e votação direta por qualquer cidadão brasileiro portador de uma conta de acesso unificada (GOV.br).

O processo transcorreu em dois momentos chave: de 01 a 09 de maio, deu-se o lançamento e a inserção estruturada das propostas; de 10 a 20 de maio, abriu-se o sistema para votação pública, onde cada cidadão pôde escolher até 5 propostas prioritárias por eixo temático. Cabe ressaltar que a Etapa Digital cumpre função estritamente deliberativa sobre o texto das propostas, não elegendo pessoas delegadas para a etapa presencial.

2.3. DA CULMINÂNCIA NA ETAPA NACIONAL

A Etapa Nacional, agendada para o período de 29 de junho a 02 de julho de 2026, em Brasília, Distrito Federal, representa o encerramento do processo conferencial. O evento é projetado para reunir até 1.500 participantes fixos, distribuídos em categorias regimentais específicas que definem os direitos de intervenção:

Pessoas Delegadas: Portadoras de direito a voz e voto, totalizando os delegados natos (membros titulares e suplentes da CNODS, do Fórum Interconselhos e do Fórum de Participação Social) e os delegados eleitos de forma proporcional nas etapas estaduais e livres.

Pessoas Convidadas: Limite de até 60 participantes com direito a voz (representantes de agências internacionais, pesquisadores e autoridades de notório saber).

Pessoas Observadoras: Até 50 participantes sem direito a voz ou voto, autorizados a acompanhar as plenárias em caráter de acompanhamento institucional.

O fluxo dos debates na capital federal é dividido em quatro dias de atividades, iniciando com o credenciamento e abertura oficial, seguido pela divisão dos Grupos de Trabalho (GTs) por eixo, debates em plenárias setoriais e encerramento com a Plenária Final Deliberativa, onde é aprovado o documento de diretrizes estratégicas que guiará a reformulação do modelo de desenvolvimento do país rumo às metas da Agenda 2030.

3. DAS CONFERÊNCIAS REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CUBATÃO

A realização do processo conferencial no município de Cubatão configurou-se como um movimento estratégico de ampla mobilização democrática, pautado pelo lema local *"A Cubatão Sustentável que queremos se constrói com pessoas"* e em estrita consonância com as diretrizes metodológicas nacionais. Entendendo que a capilarização do debate era fundamental para garantir uma representação robusta das demandas e potencialidades cubatenses na etapa nacional, a coordenação da Agenda 2030 no município implementou uma articulação intersetorial densa e diversificada.

Dessa forma, a equipe técnica do movimento Agenda 2030 em Cubatão atuou diretamente na articulação e no suporte técnico junto a movimentos sociais, coletivos populares, instituições de ensino técnico e superior e organizações da sociedade civil. O objetivo central dessa governança participativa foi descentralizar as discussões para além da conferência municipal tradicional, promovendo a realização de múltiplas conferências livres no território. Essa estratégia assegurou a escuta qualificada de diferentes segmentos sociais — incluindo jovens aprendizes, estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e técnico, idosos e mulheres em vulnerabilidade além do movimento cultural —, garantindo que o município estruturasse uma delegação representativa e politicamente legitimada para apresentar e defender as demandas históricas e socioambientais de Cubatão na etapa nacional em Brasília.

3.1. 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL ODS DE CUBATÃO 2030

A 1ª Conferência Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de Cubatão 2030 configurou-se como o espaço central de diálogo e consolidação institucional da Agenda 2030 no plano governamental e civil do município. Convocada oficialmente pelo Decreto Municipal nº 12.288, de 26 de fevereiro de 2026, em estrita articulação com as diretrizes da Portaria SG/PR nº 206/2025, a conferência ocorreu no dia 31 de março de 2026, ocupando as dependências do Bloco Cultural do município no período

das 09h às 18h. A organização do evento foi capitaneada pelo Gabinete da Vice-Prefeita, sob a coordenação executiva da Vice-Prefeita Andrea Maria de Castro, na qualidade de presidente, e de Sandra Regina Fonseca de Godoi, assessora especial de coordenação dos ODS, como vice-presidente, respaldadas pela Lei Municipal nº 4.356, de 24 de janeiro de 2025.

O encontro estruturou-se sob um formato híbrido, integrando a participação presencial e virtual de modo a democratizar o acesso e a interatividade dos munícipes. Essa metodologia permitiu alcançar um público total de 707 participantes, sendo 423 presentes de forma física no auditório e 284 acompanhando as transmissões digitais em tempo real, congregando a representação ativa de 55 segmentos institucionais e comunitários da Baixada Santista. A programação da conferência foi dividida em dois blocos metodológicos distintos:

Período Matutino (Atos Solenes e Pactuações Institucionais): Iniciado com uma apresentação artística de membros do Conservatório Municipal de Cubatão, o bloco concentrou ações de alta relevância política, como o lançamento do Site Oficial do Movimento ODS Cubatão e a entrega do Relatório Local Voluntário (RLV) ao Poder Executivo. Na mesma oportunidade, realizou-se a entrega dos Certificados de Adesão aos novos signatários do Movimento ODS Cubatão 2030 — a exemplo da Associação Cultural Filhos de Ganga Zumba - Afoxé — e a posse solene dos conselheiros titulares e suplentes do recém-criado Conselho Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (COMODS) para o biênio 2026/2028, conforme ditado pela Lei Municipal nº 4.404/2025 e pelo Decreto Municipal nº 12.287/2026. O período encerrou-se com a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) focado no mercado de créditos de carbono do município.

Período Vespertino (Deliberações e Grupos de Trabalho): Após a leitura e aprovação do Regimento Interno, o espaço foi dedicado à explanação técnica dos 6 eixos temáticos estruturantes da conferência nacional. Especialistas e autoridades de notório saber com atuação interinstitucional participaram como palestrantes e debatedores dos eixos, incluindo figuras de relevo nacional e regional como Lavito Bacarissa (Secretário-Executivo da CNODS), Zuleica Goulart (Coordenadora do Programa Cidades Sustentáveis), Kátia Boulos (Advogada especialista em direitos humanos), Odair Aguiar Jr.

(Professor Associado da UNIFESP), Fernanda Menna (Diretora na APRODAB), Cleber Ferrão (Reitor da Universidade Católica de Santos), Ricardo Salgado (Diretor Executivo do CIDE) e Jackson Nunes (Secretário de Direitos Humanos de São Vicente).

Após as exposições, os participantes dividiram-se em Grupos de Trabalho setoriais para o debate concomitante das demandas territoriais, culminando no processo de votação e na eleição da delegação representativa da etapa. Na oportunidade, Sandra Regina Fonseca de Godoi foi eleita delegada titular, tendo como suplentes Bruno de Souza Ribeiro, Karla Roncete Mineiro e Flávio Augusto de Souza.







3.2. CONFERÊNCIA LIVRE ODS: ETEC DE CUBATÃO

A Conferência Livre dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ETEC de Cubatão foi realizada no dia 22 de abril de 2026, com o propósito central de incentivar a educação continuada, o despertar do pensamento crítico e o engajamento socioambiental dos estudantes e da comunidade acadêmica. O encontro foi estruturado em formato estritamente presencial e contou com um público total de 103 participantes registrados. A comissão organizadora responsável pela coordenação, execução e relatoria da etapa foi composta pelo Diretor André Fabiano de Castro Vicente, ao lado dos estudantes Beatriz Lima, Lorena Apostolides, Luana Santos, Vitória Barbosa e do estudante Victor Edinei Santos Dantas da Silva.

A metodologia do evento iniciou-se no período matutino, entre as 08h e as 12h, com o credenciamento dos participantes e um café de recepção oferecido nas dependências internas da instituição. Na abertura oficial, após a composição da mesa e apresentação dos convidados, a solenidade inicial foi conduzida pela Vice-Prefeita de Cubatão, Andrea Castro, e pelo gestor público Fábio Tatsubô, que contextualizaram a relevância e a aplicação prática da Agenda 2030 nos âmbitos nacional e municipal. Em seguida, coincidindo com a celebração global do Dia da Terra, os estudantes integrantes do Clube de Ciências Maresia realizaram uma apresentação temática voltada à conscientização ecológica e à preservação planetária.

A fase de fundamentação teórica prosseguiu com duas exposições essenciais para balizar a elaboração de propostas dos grupos:

A jornalista e ativista Andressa Ribeiro introduziu as discussões do Eixo 2 – Sustentabilidade Ambiental, fornecendo dados e diretrizes sobre preservação de recursos naturais e resiliência climática.

A assessora especial de coordenação dos ODS da Agenda 2030 em Cubatão, Sandra Godoy, expôs os conceitos do Eixo 3 – Promoção da Inclusão Social e Combate às Desigualdades, com foco no acolhimento de minorias e grupos vulnerabilizados.

Após as palestras e o intervalo regimental, os debates estruturados foram descentralizados em salas distintas, reunindo de forma integrada os estudantes dos 1º, 2º e 3º anos do curso Técnico em Meio Ambiente e membros do Clube de Ciências. Cada Grupo de Trabalho (GT) assumiu o

encargo de debater e formular três propostas direcionadas aos seus respectivos eixos temáticos.

Ao fim das discussões nas salas, a plenária reuniu-se novamente no auditório para a fase deliberativa. A escolha das prioridades nacionais deu-se por meio de votação democrática eletrônica, onde os participantes acessaram formulários digitais estruturados no Google Forms através da projeção de um QR Code. Para sanar um empate técnico verificado nas propostas do Eixo 3, a organização adotou o método complementar de votação física por levantamento de crachás.

O encerramento da conferência livre foi marcado pela eleição da delegação responsável por representar a instituição nas etapas subsequentes. Por contagem majoritária de votos por crachá, o Professor André Fabiano de Castro Vicente foi eleito delegado titular da etapa, sendo designados como suplentes o bolsista Victor Edinei Santos Dantas da Silva (1º suplente) e as estudantes Maria Clara Rodrigues Santos Silva (2ª suplente) e Jeniffer Dafne Dias (3ª suplente).



3.3. 1ª CONFERÊNCIA LIVRE – CULTURA E ODS CUBATÃO

A 1ª Conferência Livre – Cultura e ODS Cubatão inseriu-se no ciclo preparatório municipal como um espaço de discussão e articulação focado especificamente na centralidade das manifestações artísticas e da comunicação social dentro da Agenda 2030. O município de Cubatão obteve destaque pioneiro no cenário nacional ao se consolidar como a primeira cidade do Brasil a aderir e pactuar formalmente o ODS 19 — Arte, Cultura e Comunicação, estabelecendo o setor cultural como uma dimensão estratégica e transversal no planejamento de suas políticas de desenvolvimento e inclusão.

A articulação dessa etapa mobilizou de forma direta o poder público, fazedores de cultura locais, ativistas, movimentos sociais e coletivos independentes do município. A coordenação do debate buscou assegurar o controle social e a escuta qualificada dos agentes que utilizam a economia criativa e as expressões artísticas como ferramentas de transformação comunitária, letramento cidadão e combate às desigualdades territoriais.

O funcionamento metodológico e operacional da conferência livre seguiu rigorosamente os ritos e as diretrizes estabelecidas no Documento Orientador nacional, estruturando-se em três fases consecutivas de participação:

Abertura e Painel de Debates: Espaço de ambientação e fundamentação teórica, no qual os palestrantes e convidados contextualizaram o papel da cultura periférica e tradicional na defesa dos direitos humanos e na superação de vulnerabilidades históricas.

Grupos de Trabalho (GTs): Momento de descentralização e construção coletiva, em que os participantes examinaram o Documento Base à luz da realidade local, formulando diretrizes capazes de conferir escalabilidade a boas práticas e de integrar o fazer artístico com as metas socioambientais nos bairros.

Plenária Final Deliberativa: Instância soberana de votação e consolidação, dedicada à triagem e aprovação democrática das propostas finalistas. O encerramento dos trabalhos foi marcado pela aclamação das diretrizes e pela eleição formal de pessoas delegadas (titulares e suplentes), devidamente respaldadas por termos de compromisso individuais assinados,

salvaguardando a representatividade e a projeção das demandas culturais cubatenses rumo à Etapa Nacional em Brasília.







3.4. CONFERÊNCIA LIVRE - CAMINHOS PARA INCLUSÃO, EQUIDADE, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Conferência Livre intitulada "Caminhos para Inclusão, Equidade, Inovação e Desenvolvimento Sustentável" consolidou-se como um espaço estratégico de ampla mobilização democrática e escuta qualificada no município, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão às necessidades estruturais do território. Organizada e executada de forma autônoma pelo Instituto Federal de São Paulo (IFSP) – Campus Cubatão, a etapa ocorreu de forma presencial no dia 27 de abril de 2026, vinculando as ações da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica à agenda global de desenvolvimento contida na Agenda 2030. A coordenação e a relatoria técnica do evento ficaram sob a responsabilidade de uma comissão formal constituída pelo Diretor do campus, Leandro Fabrício Campelo, pela

professora Solange Maria da Silva e pela estudante Simara Expedita Alves da Silva.

O Campus Cubatão insere-se em um território caracterizado por uma densa atividade industrial e por expressivos desafios socioeconômicos, o que direcionou a vocação política da etapa para a qualificação profissional de públicos vulnerabilizados e para a inclusão produtiva. Desse modo, a mobilização social concentrou esforços no engajamento de segmentos que enfrentam barreiras severas de permanência educacional, registrando a participação majoritária de estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), mulheres em processo de capacitação técnica e beneficiários locais do Programa Petrobras Autonomia e Renda. No total, a conferência congregou 129 participantes efetivos, aferidos por meio de listas de presença físicas obrigatórias em auditoria direta. Para a caracterização estatística do perfil do público, a organização adotou o cruzamento de dados com a plataforma digital Even3 (responsável por parametrizar 83% do público).

O fluxo metodológico do evento iniciou-se com o credenciamento e a entrega de crachás de identificação na entrada do campus, seguindo-se o direcionamento da plenária ao auditório principal para a exibição dos vídeos institucionais de abertura e a leitura e aprovação soberana do Regimento Interno da etapa. Para fomentar a pluralidade das discussões e fornecer subsídios conceituais aos debates, a organização promoveu uma série de exposições rápidas no formato de Pitch. Essas falas foram proferidas por especialistas de diferentes setores da administração pública e da sociedade civil, incluindo a Vice-Prefeita e coordenadora do Movimento ODS, Dra. Andrea Castro, a assessora especial de coordenação dos ODS, Dra. Sandra Godoi, o Secretário Municipal de Indústria, Porto, Emprego e Empreendedorismo, Fabrício Lopes, o professor Júlio Evangelista Santos Junior (representando a Educafro e a Câmara Temática de Direitos Humanos do CONDESB), o coordenador técnico do SENAI-Cubatão, Adriano Silva Miranda, o supervisor de atendimento do CIEE, Carlos Bernardes Cardoso, e a professora da rede federal Silvania Maria da Silva Gil.

Dando sequência aos trabalhos, os participantes foram distribuídos em salas temáticas específicas para a realização dos Grupos de Trabalho (GTs), concentrando as dinâmicas de debate e formulação de diretrizes nos eixos prioritários da convocatória, com ênfase regulamentar no Eixo 3 (Promoção

da inclusão social e o combate às desigualdades) e no Eixo 4 (Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável). Durante o intervalo regimental de 15 minutos, os presentes participaram da "I Feira Ecosolidária", instalada nas áreas comuns do instituto para promover e gerar renda direta a artesãos e produtores periféricos do território de Cubatão.

No retorno ao auditório, as proposições geradas nas salas temáticas foram lidas e submetidas à Plenária Final. O processo decisório utilizou um mecanismo de votação digital individual e simultânea via Google Forms, acessado pelos dispositivos móveis da plateia através de um QR Code projetado no palco, com exibição imediata dos gráficos de apuração (registrando 61 respostas válidas para o Eixo 3 e 67 respostas para o Eixo 4), assegurando total transparência e agilidade à etapa deliberativa. O evento encerrou-se com a eleição democrática por aclamação visual de crachás da delegação representativa da conferência livre, consagrando a professora Solange Maria da Silva como delegada titular para a etapa nacional em Brasília, acompanhada pelas suplentes Eliziane O. Silva Siqueira, Helenilza Lovina de Souza Marques e Cláudia Regina Cordeiro Nascimento.







3.5. 1ª CONFERÊNCIA LIVRE DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS): CONECTANDO GERAÇÕES POR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL

A 1ª Conferência Livre dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) intitulada "Conectando Gerações por uma Sociedade Mais Justa, Inclusiva e Sustentável" constituiu-se como um espaço de diálogo intergeracional e de ampla mobilização social focado no fortalecimento de políticas públicas e da inclusão social. Organizada e executada de forma presencial no dia 30 de abril de 2026, a conferência teve como sede o Centro de Aprendizagem Metódica e Prática Mário dos Santos (CAMP Cubatão), localizado na Rua José Vicente, nº 440, Sítio Cafezal, em Cubatão/SP.

A condução política e a estruturação técnica do evento ficaram a cargo de uma Comissão Organizadora especificamente designada pela Ordem de Serviço nº 008/2026, de 08 de abril de 2026, composta de forma intergeracional por profissionais da entidade e usuários de seus serviços socioassistenciais. A mesa organizadora foi coordenada por Aline dos Santos Guedes (Presidente da Comissão e assistente social), ao lado dos colaboradores Edmar Lima de Souza, Fernanda Cunha de Almeida Cardoso e Herickson Polier Costa, além dos usuários de serviços e aprendizes Ayslan da Silva, Wesley Guedes do Nascimento (do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV Conexão), Gildete de Oliveira (do SCFV Conectando na Melhor Idade) e Mariana Moura Roza Bizatto (participante do Programa de Aprendizagem Profissional).

Como metodologia preparatória essencial para qualificar a participação e estruturar o debate demorático, o CAMP Cubatão, em parceria com a Prefeitura Municipal de Cubatão, realizou uma série de oficinas preparatórias consecutivas entre os dias 13, 14, 15, 16, 17 e 22 de abril de 2026. O público-alvo dessas oficinas envolveu tanto os jovens e idosos atendidos pelos serviços, programas e projetos da instituição quanto o seu corpo de colaboradores técnicos, servindo para explanar didaticamente o conteúdo dos eixos temáticos e compilar as propostas preliminares que balizaram a etapa conferencial.

No dia da realização da Conferência Livre, o evento registrou a participação presencial e o envolvimento direto de 371 pessoas,

representando setores e segmentos transversais da assistência social, da saúde e da sociedade civil organizada. A metodologia operacional do encontro seguiu os ritos formais estabelecidos no Documento Orientador nacional, organizando os debates estruturados em torno de três eixos temáticos fundamentais, previamente selecionados e adaptados à realidade do território cubatense:

Eixo 1 - Democracia e Instituições Fortes: Focado no fortalecimento da participação cidadã e das instituições públicas.

Eixo 3 - Promoção da Inclusão Social e o Combate às Desigualdades: Voltado à redução de disparidades com prioridade a grupos vulnerabilizados.

Eixo 4 - Inovação Tecnológica para o Desenvolvimento Sustentável: Centrado na aplicação de soluções criativas e tecnológicas.

O encerramento dos trabalhos plenários e das dinâmicas deliberativas culminou na votação das propostas priorizadas e na eleição democrática da representação do território. Por aclamação direta da plenária, Daniel Espírito Santo Ciambarella foi eleito delegado titular para representar Cubatão na Etapa Nacional em Brasília, tendo como suplentes os usuários e aprendizes indicados Kethely Francisca Rodrigues dos Santos (1ª suplente), Gildete de Oliveira (2ª suplente) e Luiz Henrrique Silva dos Santos (3º suplente), com os devidos Termos de Compromisso e formulários de autodeclaração preenchidos e arquivados eletronicamente junto à coordenação nacional.







4. RESULTADO DAS CONFERÊNCIAS (PROPOSTAS)

Em consonância com as regras regimentais do processo conferencial, as propostas geradas nas conferências realizadas em Cubatão foram submetidas às respectivas plenárias deliberativas. Abaixo, as proposições estão categorizadas entre as priorizadas (aprovadas) para a Etapa Nacional — que compuseram o Caderno de Propostas e o debate presencial em Brasília — e as não priorizadas para a etapa federal, mas que servirão como diretrizes técnicas fundamentais para guiar o Plano Municipal e a formulação de políticas públicas locais em Cubatão.

O texto original das propostas foi integralmente preservado. Para fins de rastreabilidade e controle metodológico, cada item recebeu uma codificação específica que identifica sua conferência de origem, conforme a legenda abaixo:

[CONF-MUN]: 1ª Conferência Municipal ODS de Cubatão 2030.

[CONF-ETEC]: Conferência Livre ODS: ETEC de Cubatão.

[CONF-IFSP]: Conferência Livre - Caminhos para Inclusão, Equidade, Inovação e Desenvolvimento Sustentável (IFSP Campus Cubatão).

[CONF-CAMP]: 1ª Conferência Livre dos ODS (CAMP Cubatão).

[CONF-CULT]: 1ª Conferência Livre – Cultura e ODS Cubatão (Movimento Cultural)

Nas propostas abaixo, o termo "***Prop***" é uma abreviação utilizada para "Proposta", esta codificação foi adotada para organizar e sistematizar o grande volume de sugestões recebidas nas diferentes etapas conferenciais de Cubatão, permitindo que cada uma delas tivesse uma identificação única (como "Prop-01", "Prop-02", etc.) e facilitando a localização da sua conferência de origem ao longo da análise técnica e do futuro acompanhamento das políticas públicas no Plano Municipal dos ODS.

4.1. PROPOSTAS PRIORIZADAS (APROVADAS) PARA A ETAPA NACIONAL

Abaixo constam as propostas eleitas em primeiro lugar pelas plenárias locais para subsidiar diretamente as resoluções da 1ª Conferência Nacional ODS:

4.1.1. Política de Governança, Fortalecimento Democrático e Institucional

Prop-01 [CONF-MUN]: Criação de Conselho e Fundo Nacional dos ODS, transportando a comissão existente transitória em permanente.

4.1.2. Política de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Infraestrutura Ecológica

Prop-02 [CONF-MUN]: Plano Municipal de obras públicas e particulares, com tecnologia sustentável, com energia limpa, indicação de projetos, casas flutuantes, com sistema de esgoto ecológico através de Biodigestor.

4.1.3. Política de Assistência Social e Redes de Prevenção e Proteção Comunitária

Prop-03 [CONF-MUN]: Retomar e fortalecer ações territoriais nos centers comunitários com a criação de fóruns permanentes para estabelecer uma cultura inclusiva.

Prop-04 [CONF-CAMP]: Instituir a "Casa Resgate 24hs" para atendimento de emergência em casos de violência, com equipe multidisciplinar, app de acionamento e articulação com a rede de segurança e saúde.

4.1.4. Política de Transição Energética e Incentivos Fiscais Sustentáveis

Prop-05 [CONF-MUN]: Utilização de placas, painéis solares em todos os próprios públicos e incentivos fiscais com redução do IPTU para os imóveis particulares que utilizarem os painéis solares ou outras formas de energia limpa.

4.1.5. Política de Controle Social, Transparência e Ouvidoria Pública

Prop-06 [CONF-MUN]: Integralizar a comunicação que garanta a participação efetiva da sociedade civil nas escolhas dos investimentos com ações conjuntas e prestação de contas transparente, tendo a ouvidoria como porta de entrada das demandas.

4.1.6. Política de Captação de Recursos e Relações Internacionais

Prop-07 [CONF-MUN]: Desenvolvimento de projetos para captação de recursos internacionais, fomentando os projetos técnicos de âmbito municipal.

4.1.7. Política de Educação, Cidadania e Fomento Estudantil

Prop-08 [CONF-CAMP]: Instituir parcerias com instituições de ensino superior e técnico para garantir gratuidade a jovens de baixa renda e idosos (focando em habilidades e inclusão digital); oferecer material escolar para alunos ProUni e prêmio de destaque para formação no ensino médio com garantia de emprego; instituir a obrigatoriedade de grêmios estudantis livres e inserção de arte na grade curricular.

Prop-09 [CONF-ETEC]: Implementação da educação ambiental em empresas e instituições de ensino, com inserção como componente obrigatório na grade curricular.

4.1.8. Política de Direitos Humanos, Inclusão de Minorias e Convivência Social

Prop-10 [CONF-ETEC]: Promoção da inclusão e do respeito às minorias desde a infância, com foco na melhoria da convivência social e na conscientização coletiva.

4.1.9. Política de Mobilidade Urbana e Transporte Coletivo Periférico

Prop-11 [CONF-IFSP]: Linha direta para os bairros periféricos, priorizar as redes de transporte público municipal e intermunicipal com qualidade e respeito à população, ampliando as frotas e horários.

4.1.10. Política de Inovação Tecnológica, Empregabilidade e Mercado de Trabalho

Prop-12 [CONF-IFSP]: Desenvolvimento de um aplicativo que consolide todas as informações em um banco de dados dos egressos de todos os cursos para fins de prioridade na contratação das empresas.

4.1.11. Política de Tecnologia Assistiva, Pesquisa Médica e Inclusão de PCD

Prop-13 [CONF-CAMP]: Criar uma Empresa Nacional de Órteses e Próteses para reduzir custos no Brasil e incentivar a pesquisa e produção nacional desses equipamentos. Atrair empresas de tecnologia voltadas para o público PCD com incentivos fiscais e redução de impostos.

4.1.12. Política de Cultura, Patrimônio Cultural e Inclusão Social

Prop-13 [CONF-CULT]: Promover a cultura como ferramenta de inclusão social, através das seguintes implementações de políticas públicas: Escola de Arte e Cultura integradas à rede de ensino; Programa de formação livre e técnica para agentes culturais comunitários, com de bolsa de estudos; Programa de destinação à espaços públicos ociosos para fins culturais; Criação de instrumentos legais que possibilitem o acesso aos recursos de Termo de ajustamento de Conduta para a construção de museus sobre a história do povo local.

4.2. PROPOSTAS NÃO PRIORIZADAS PARA A ETAPA NACIONAL

Abaixo constam as propostas que foram formalmente debatidas nos Grupos de Trabalho e submetidas ao escrutínio de voto, porém não alcançaram a primeira colocação de seus eixos nas plenárias finais, passando a integrar o acervo de planejamento local e o Plano Municipal dos ODS de Cubatão.

4.2.1. Política de Educação, Formação Acadêmica e Desenvolvimento da Juventude

Prop-14 [CONF-CAMP]: Implementar carga horária obrigatória para o ensino da Constituição Federal e Ética nas escolas.

Prop-15 [CONF-CAMP]: Garantir mais recursos para escolas, priorizando regiões vulneráveis e combatendo a corrupção na aplicação das verbas.

Prop-16 [CONF-CAMP]: Incentivar a qualificação e o aumento do efetivo de professores.

Prop-43 [CONF-CAMP]: Ampliar a oferta de escolas no período noturno para alunos que trabalham (ensino técnico); garantir transporte gratuito a todos os estudantes em todos os períodos.

Prop-44 [CONF-CAMP]: Criação de site para jovens de 18 anos com cursos online gratuitos e direcionamento para empresas com garantia de primeiro emprego.

Prop-45 [CONF-CAMP]: Programa de conscientização sobre gravidez na adolescência, focando em prevenção, doenças e diálogo com a família.

Prop-64 [CONF-CAMP]: Tornar cursos técnicos obrigatórios no ensino médio e instituir laboratórios de informática com aulas de computação na grade curricular de todas as escolas públicas; integrar práticas pedagógicas tradicionais com tecnologias inclusivas.

Prop-65 [CONF-CAMP]: Disponibilizar Wi-Fi gratuito em toda a cidade; criar Centro de Referência de Tecnologia Municipal para formação de jovens e idosos; implementar aulas de Libras na grade curricular.

Prop-66 [CONF-CAMP]: Instalar câmeras com IA nas escolas para controle de acesso e segurança.

4.2.2. Política de Direitos Humanos, Diversidade, Igualdade Racial e Inclusão Social

Prop-19 [CONF-CAMP]: Criar um Centro de Referência com equipe multidisciplinar e ambulatório transexualizador.

Prop-20 [CONF-CAMP]: Projeto "Escola pela Diversidade" focado em grupos vulneráveis (LGBTQIA+, idosos, PCDs).

Prop-21 [CONF-CAMP]: Instituir centro de valorização para famílias atípicas e capacitar profissionais para atendimento especializado a PCDs.

Prop-33 [CONF-CAMP]: Implementar educação antirracista nas escolas com a "Semana da Consciência" ocorrendo durante todo o ano (palestras, eventos e murais).

Prop-34 [CONF-CAMP]: Criar espaços seguros para denúncias de racismo; ampliar a divulgação da lei antirracismo e instituir campanhas contra preconceitos nas redes sociais; implementar cotas raciais e políticas de enfrentamento à desigualdade étnico-racial.

Prop-35 [CONF-CAMP]: Instituir programas específicos para reduzir a discriminação racial em escolas e ambientes de trabalho, garantindo acesso igualitário.

Prop-36 [CONF-ETEC]: Estabelecimento de leis e políticas de cotas obrigatórias que assegurem a participação equitativa de diferentes grupos sociais em projetos e iniciativas.

Prop-41 [CONF-CAMP]: Programa "Oportunidade para todos" em parques municipais com atividades de geração de emprego para PCDs, idosos, jovens e LGBTQIAPN+.

Prop-42 [CONF-IFSP]: Criação do centro de referência PCD com profissionais como uma extensão do CAPS para atender pessoas neurodivergentes.

Prop-51 [CONF-CAMP]: Criar ODS específicas para terceira idade, jovens e LGBTQIAPN+ (semelhante ao que Cubatão fez com a 18 e 19), com metas e indicadores claros de avanço.

Prop-52 [CONF-CAMP]: Instituir políticas públicas e democráticas voltadas especificamente para o protagonismo de jovens e idosos.

Prop-53 [CONF-ETEC]: Criação de legislações que integrem o direito ambiental à acessibilidade, garantindo que todos os grupos sociais, independentemente de sua condição, possam participar plenamente de espaços públicos e privados.

4.2.3. Política de Assistência Social, Proteção Social e Inclusão de Grupos Vulneráveis

Prop-22 [CONF-CAMP]: Ampliar o atendimento itinerante para pessoas em situação de rua.

Prop-37 [CONF-CAMP]: Criar programa de participação cidadã com uso de tecnologia para grupos vulneráveis, focando na inserção ou reinserção na vida profissional e ativa.

Prop-38 [CONF-CAMP]: Criação do Programa "Mentoria entre gerações", promovendo a troca onde idosos compartilham experiência profissional e jovens ensinam tecnologia.

Prop-39 [CONF-CAMP]: Oportunizar empregos para pessoas em situação de rua visando a inclusão social; criação de Centro de Reabilitação de Pessoas Vulneráveis (CRPV) com direcionamento para a rede assistencial.

Prop-40 [CONF-CAMP]: Centro de referência infantil (CRIFT) em bairros vulneráveis e polos industriais para acolhimento de crianças enquanto os pais trabalham, visando reduzir a desigualdade de gênero e renda.

Prop-49 [CONF-IFSP]: Creche em período integral de acordo com as necessidades dos pais.

Prop-50 [CONF-IFSP]: Cursos voltados para a formação de adultos onde tenha espaço de acolhimento para as crianças para que as mães possam estudar.

4.2.4. Política de Igualdade de Gênero e Proteção às Mulheres

Prop-23 [CONF-CAMP]: Instituir igualdade salarial com fiscalização do MPT e multas; criar porcentagem obrigatória de mulheres em cargos do setor público.

Prop-24 [CONF-CAMP]: Instituir Delegacia da Mulher 24 horas em Cubatão com suporte psicossocial.

4.2.5. Política de Trabalho, Empregabilidade, Inovação e Desenvolvimento Econômico

Prop-25 [CONF-CAMP]: Criar programas de garantia do primeiro emprego para jovens de baixa renda, programs de capacitação para geração de renda, reforço escolar gratuito e o programa "Aprendiz Destaque".

Prop-67 [CONF-CAMP]: Criação de lista telefônica online com dados de contato unificados.

4.2.6. Política de Meio Ambiente, Economia Circular e Sustentabilidade

Prop-26 [CONF-CAMP]: Instituir caçambas de reciclagem, parcerias com empresas para responsabilidade compartilhada e educação ambiental em todos os bairros e na grade curricular transversal.

Prop-27 [CONF-ETEC]: Ampliação de pontos de logística reversa, com prioridade para regiões urbanas marginalizadas.

Prop-28 [CONF-ETEC]: Intensificação da fiscalização empresarial, com ênfase na adoção de medidas de reflorestamento.

Prop-58 [CONF-CAMP]: Instituir transição gradual para 100% de energia limpa (elétrica/solar) nos transportes; obrigar o uso de placas solares nos ônibus e veículos coletivos; conceder redução de impostos para empresas de mobilidade e tecnologia solar que investirem em veículos renováveis e postos de reabastecimento.

Prop-59 [CONF-CAMP]: Criar barreiras inteligentes com IA para limpeza automatizada e separação de lixo nos rios; instalar rastreadores de

desperdício de água nos encanamentos e criar parceria com o Google ("Recycle") para descarte adequado via QR Code.

Prop-60 [CONF-CAMP]: Garantir energia solar gratuita em todos os projetos habitacionais populares e reduzir tarifas/impostos sobre equipamentos de energia.

Prop-61 [CONF-CAMP]: Investir em educação e pesquisa (Química/Física) para o desenvolvimento de tecnologias como "tintas solares".

4.2.7. Política de Mobilidade Urbana, Transporte Inteligente e Infraestrutura

Prop-17 [CONF-CAMP]: Incentivar o uso de ônibus elétricos, VLT e redução do valor das passagens para jovens e idosos; melhorar a vigilância em pontos/estações e criar aplicativo de horários.

Prop-54 [CONF-CAMP]: Criar rotas de transporte inteligente automatizado (Metrô/VLT sem maquinista) gratuito e implementar sistemas sob trilhos interligando Cubatão à Baixada Santista, São Paulo e interior.

Prop-55 [CONF-CAMP]: Melhorar o monitoramento e vigilância nos pontos de ônibus para garantir segurança; instalar câmeras inteligentes nas vias para notificação rápida de acidentes e tótens de segurança interativa com IA.

Prop-56 [CONF-CAMP]: Legislação para livre acesso a idosos e PCDs em todos os transportes com uso de IA (reconhecimento facial) para evitar constrangimentos; inclusão de assentos específicos para deficientes auditivos e sistemas de audiodescrição do percurso.

Prop-57 [CONF-CAMP]: Instalação de telas em tempo real nos pontos de ônibus com o tempo de espera.

4.2.8. Política de Saúde, Tecnologia Assistiva e Bem-Estar

Prop-29 [CONF-CAMP]: Criar aplicativo de saúde eficaz, inserir profissionais de saúde nas escolas públicas e garantir o funcionamento real dos programas de segurança alimentar.

Prop-46 [CONF-CAMP]: Implantação de bebedouros em todos os bairros para uso humano e animal.

Prop-47 [CONF-CAMP]: Garantir que políticas de saúde, limpeza e saneamento sejam aplicadas igualmente em todos os bairros; melhorar o acesso à saúde via sistemas online com foco em igualdade de gênero.

Prop-48 [CONF-IFSP]: Ampliação do CPOP em nível municipal.

Prop-62 [CONF-CAMP]: Oferecer equipamentos de IA para pessoas com deficiência, idosos ou mobilidade reduzida de forma gratuita ou subsidiada.

Prop-63 [CONF-CAMP]: Sistema de monitoramento em tempo real da lotação e tempo de espera das UPAs para orientação dos pacientes.

4.2.9. Política de Governança Democrática, Participação Social e Gestão Pública

Prop-18 [CONF-CAMP]: Garantir acesso à internet gratuita por toda a cidade para promover integração social.

Prop-30 [CONF-CAMP]: Transformar prédios e terrenos abandonados em áreas de utilidade pública (centros culturais, quadras e projetos sociais).

Prop-31 [CONF-CAMP]: Instituir assembleias por bairros para levantamento de demandas locais.

Prop-32 [CONF-CAMP]: Criar plataforma unificada e anônima para denúncia de crimes com apoio jurídico e psicológico.

5. PROPOSTAS APROVADAS PELA CONFERÊNCIA NACIONAL

As pessoas delegadas da 1ª Conferência Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (1ª Conferência Nacional ODS), organizadas em plenária final no dia 02 de julho de 2026, aprovaram o conjunto de propostas discutidas e priorizadas pelos Grupos de Trabalho.

As propostas incorporam os destaques apresentados na plenária final, conforme deliberado pelas pessoas delegadas presentes e submetidos à padronização terminológica pela Comissão Organizadora Nacional.

5.1. Eixo 1 - Democracia e instituições fortes

5.1.1. Democracia Participativa e Cultura de Sustentabilidade

Instituir, em até um ano e com fomento da comissão nacional, Projeto de Lei para criação de Conselhos de ODS nos níveis municipal, estadual e federal, com caráter deliberativo e composição por um terço de representantes do poder público e dois terços de representantes da sociedade civil - com igualdade de gênero e étnico racial - bem como de comitês gestores dos ODS em todos os níveis, como instâncias dos conselhos, garantindo e fortalecendo: (a) participação do poder público, sociedade civil, movimentos sociais (periferias, favelas, pessoas com deficiência, LGBTQIA+, populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, povos originários aldeados e em contexto urbano, representantes de crianças e adolescentes, pessoas idosas e demais grupos populacionais sub representados), setores empresariais, instituições acadêmicas e de pesquisa e povos e comunidades tradicionais; (b) vinculação ao planejamento público, às secretarias de governo ou estruturas correlatas e às leis de diretrizes orçamentárias; (c) autonomia financeira e administrativa, controle social, participação técnica qualificada, transparência ativa com acesso a dados públicos, articulação entre setores e integração dos ODS nas políticas públicas; (d) corresponsabilidade na implementação das agendas de desenvolvimento sustentável, com justiça social e enfrentamento ao racismo ambiental e; (e) monitoramento de indicadores territoriais, acompanhamento das metas locais, avaliação de resultados, deliberação sobre planos locais e articulação

com o orçamento participativo, de modo a institucionalizar a Agenda 2030 nos territórios.

5.1.2. Democracia e Instâncias de Participação

Instituir e garantir o fortalecimento dos conselhos territoriais, incluindo os dos ODS, deliberativos, com paridade de raça e gênero, com representatividade ampliada e participação efetiva de movimentos sociais, comunidades locais, povos e comunidades tradicionais e sociedade civil organizada, incluindo pessoas com deficiência, crianças, adolescentes e pessoas idosas, garantindo a diversidade geracional, a escuta ativa, o retorno às comunidades e o uso de equipamentos locais e centros comunitários, promovendo a descentralização do poder, a gestão territorializada, a integração dos saberes comunitários às políticas públicas, a educação política e popular e o letramento racial, com garantia de acesso, participação e coordenação de grupos socialmente vulnerabilizados, transparência, dados acessíveis e controle social, de modo a fortalecer as instituições democráticas.

5.1.3. - Democracia e diversidade

Instituir e garantir recursos financeiros, contemplando estrutura e mecanismos deliberativos de participação, governança e controle social, nas três esferas governamentais, incluindo povos originários aldeados e em contexto urbano, comunidades do campo, das florestas e das águas, favelas, periferias urbanas, povos e comunidades tradicionais nos termos do Decreto nº 6.040/2007, mulheres, população negra, população em situação de rua, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, pessoas em privação de liberdade ou egressas do sistema prisional, pessoas LGBTQIA+, profissionais do sexo e demais pessoas em situação de vulnerabilidade social na formulação de políticas públicas e ambientais, com execução articulada entre governos e movimentos sociais e formação de agentes multiplicadores do desenvolvimento social local, garantindo equipamentos e infraestrutura, de modo a assegurar acesso à informação, escuta ativa, representatividade, protagonismo territorial, autodeterminação e influência real nas decisões sobre políticas, empreendimentos, processos com impacto social, territorial, ambiental e climático, bem como decisões relativas à saúde, com ênfase em saúde mental de acordo com a interseccionalidade de cada grupo populacional. Além disso, reconhecer,

fortalecer e fomentar instituições, práticas e saberes dos povos e comunidades tradicionais, sociedade civil e educadores populares para promover direitos, ampliar a agenda pública conforme as realidades e demandas de cada grupo e território e prevenir, combater e reparar o ecocídio e seus impactos, o que ocorrerá por meio dos conselhos e das universidades, que funcionam como uma forma de promover a escuta ativa, garantindo formação e acesso à informação.

5.2. Eixo 2 – Sustentabilidade ambiental

5.2.1. Transição Ecológica e Centralidade dos Territórios

Implementar a reforma agrária e instituir um Sistema Nacional de Transição Agroecológica, de caráter federativo, territorial e participativo, articulado às políticas nacionais existentes, com mecanismos municipais de implementação, orçamento público, crédito e financiamento a juros baixos. Também se inclui assistência técnica, compras públicas e fomento para apoiar a substituição progressiva de práticas convencionais de alto impacto, tais como o sistema alimentar focado em produtos de origem animal, por sistemas produtivos biodiversos, resilientes e regenerativos. O sistema deverá reconhecer os inventários de ciclo de vida como instrumentos de governança ambiental e coordenar programas voltados à recuperação de solos, recursos hídricos, restauração de áreas degradadas, conservação da sociobiodiversidade, regularização fundiária e ambiental, erradicação de agrotóxicos e contaminantes, diversificação produtiva, segurança e soberania alimentar e nutricional, geração de renda, educação para o desenvolvimento sustentável e adaptação e mitigação climática. Deverá, ainda, estruturar gestão territorial integrada, com monitoramento por indicadores, transparência, controle social e fortalecimento do conhecimento local, das cadeias de valor sustentáveis e da qualidade de vida nos territórios, em alinhamento à Agenda 2030.

5.2.2. Educação Ambiental e Enfrentamento da Crise Climática

Criar a Meta 18.11 do ODS 18 (Igualdade Étnico-Racial) e políticas públicas para enfrentar o ecocídio, etnocídio, a especulação imobiliária e a

desterritorialização como processos racistas de mercantilização e destruição massiva dos ecossistemas e das vidas dos povos do campo, das florestas, das águas e das cidades, povos e comunidades tradicionais, de matriz africana e de terreiro, povos originários aldeados e em contexto urbano, ribeirinhos, quilombolas e população negra e periférica, vinculando-os à crise climática, e reconhecendo os saberes desses povos na busca pela justiça climática, instituindo propostas de instrumentos de prevenção, educação socioambiental, responsabilização, fiscalização e punição dos infratores, reparação histórica e tipificação do ecocídio como crime contra a humanidade, por meio da criação de um comitê interinstitucional paritário formado pelos povos e comunidades tradicionais, povos originários poderes executivo, legislativo e judiciário e órgãos de controle social. Instituir obrigatoriedade nos entes municipais para estabelecer os Planos Municipais de Educação Ambiental e comissões de controle, monitorando e fiscalizando.

5.2.3. Cadeias produtivas e Gestão Ambiental

Instituir sistema nacional obrigatório nas esferas federal, estadual e municipal que garanta mecanismos de rastreabilidade, responsabilidade, certificação, fiscalização, transparência e monitoramento socioambiental e que promova assistência técnica, mecanização, infraestrutura e comercialização, alcançando, com fomento e incentivo, as cadeias produtivas da sociobiodiversidade, pesca artesanal, agricultura familiar, associações e cooperativas de catadores, catadores autônomos, artesãos e comunidades periféricas. O sistema deve incluir a padronização municipal na escala de valores dos materiais recicláveis e promover a articulação entre órgãos públicos, entidades privadas e públicas, observatórios universitários, participação cidadã, dados abertos e monitoramento independente, assegurando incentivos e financiamentos condicionados à conformidade ambiental e proteção dos recursos naturais, bem como a responsabilização por impactos socioambientais, de modo a promover o uso responsável dos recursos hídricos, a valorização da produção e dos saberes locais, a redução da poluição, a universalização do saneamento básico, o combate ao desmatamento, a recuperação ambiental, a gestão de resíduos, a logística reversa, a economia circular, a economia solidária, a economia criativa, as tecnologias limpas, a educação ambiental e as pesquisas científicas, fortalecendo a resiliência climática nos territórios, bem como a

biodiversidade, a bioeconomia e a produção sustentável conforme suas vocações locais.

5.3. Eixo 3 - Promoção da inclusão social e o combate às desigualdades

5.3.1. Inclusão Social e Diversidade

Garantir, assegurar e ampliar o levantamento e a sistematização de dados unificados, informações e formações continuadas para grupos priorizados (povos originários aldeados e em contexto urbano, população negra, quilombolas, pessoas com deficiência, mulheres, famílias atípicas, população em situação de rua, LGBTQIA+, crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas de baixa renda, migrantes, refugiados, jovens e adultos sem escolaridade ou qualificação, povos do campo, das águas e da floresta, povos e comunidades tradicionais, povos de terreiro, povos ciganos, comunidades periféricas e pessoas com trajetória de rua), através de organizações, comitês, sociedade civil e governo, focando na aplicação de políticas públicas específicas e direitos conquistados, com base em: interseccionalidade, reconhecimento de múltiplas vulnerabilidades, transversalidade, inclusão em todas as áreas do governo, ações afirmativas, cotas e programas para igualdade, equidade, suporte maior para quem tem menos e abordagem territorial, priorizando áreas com maior vulnerabilidade, terras indígenas, quilombolas e territórios minerados. Por fim, garantir o monitoramento da proposta e avaliação em meio à Agenda 2030.

5.3.2. Educação, Trabalho e Gênero

Promover o acesso de jovens e adultos (com prioridade para jovens, mulheres, pessoas em situação de vulnerabilidade social, migrantes, refugiados e grupos historicamente sub representados), a empregos decentes, ao empreendedorismo e às oportunidades da economia do esporte, com atenção especial aos trabalhadores(as) das economias de plataformas, de cuidado, terceirizados, informais e da área cultural, por meio de educação básica e continuada, qualificação, requalificação e aprendizagem profissional, pagamentos por serviços ambientais, ecoturismo, economias criativas, proteção social, animal e ambiental, justiça climática, enfrentamento e erradicação do trabalho infantil, contratação de jovens

aprendizes e obrigatoriedade de acompanhamento psicológico a trabalhadores em sofrimento por psicólogos sociais, com monitoramento das desigualdades salariais e de gênero e fortalecimento de ações afirmativas, envolvendo governo, empresas, instituições sindicais, trabalhadores e sociedade civil organizada, visando reduzir desigualdades.

5.3.3. Políticas Públicas

Instituir e fortalecer políticas públicas integradas de inclusão socioeconômica e cultural, educação ambiental, proteção social, justiça climática, combate ao racismo, mobilidade sustentável com tarifa zero e desenvolvimento territorial, para o enfrentamento do racismo ambiental, com prioridade para pessoas com deficiência, populações em situação de vulnerabilidade e povos e comunidades tradicionais. Deve ser garantido o acesso a financiamento, formação e geração de renda, por meio da economia criativa, popular e solidária, bem como acesso à moradia digna, serviços básicos e participação efetiva dos grupos mais afetados nos processos decisórios, com alinhamento aos ODS e com a implementação articulada entre entes federados, por meio dos órgãos públicos competentes.

5.4. Eixo 4 - Inovação tecnológica para o desenvolvimento sustentável

5.4.1. Inovação e Tecnologias Socioambientais

Fomentar e implementar tecnologias socioambientais para o desenvolvimento sustentável, por meio da criação de núcleos intra e interterritoriais de governança multissetorial e participativa, financiamento e investimento transparente e integração entre poder público, setor privado, sociedade civil e comunidades, com maior apoio logístico a estados mais desfavorecidos logisticamente e com fronteiras desafiadoras, respeitando a população local e a biodiversidade, articulando agroecologia, inovação territorial, popularização da ciência, educação e cultura para o desenvolvimento sustentável, mapeamento socioambiental, formação de agentes multiplicadores e apoio ao cooperativismo e associativismo, de modo a enfrentar mudanças climáticas e impactos socioeconômicos e ambientais, reduzir desperdícios, proteger saberes locais e fortalecer a inclusão, a cooperação, a transição ecológica e a economia sustentável,

solidária, circular e de baixo impacto, considerando gênero, raça, classe, etnia e território, priorizando pessoas em vulnerabilidade social e evitando que as tecnologias ampliem desigualdades ou impactem negativamente as comunidades.

5.4.2. Educação Tecnológica e Inclusão digital

Fortalecer a educação tecnológica, financeira e empreendedora crítica, aplicada e sustentável, baseada em padrões abertos e soberanos, como eixo de integração entre inovação, sustentabilidade, cidadania, equidade e desenvolvimento territorial, por meio de políticas públicas, programas educacionais e iniciativas institucionais que ampliem o uso consciente e produtivo das tecnologias, incorporando a educação tecnológica nos currículos dos diferentes níveis de ensino e na cultura, visando construir um ecossistema integrado de inovação na educação, que democratize o acesso à inclusão digital sustentável, possibilitando a aquisição de equipamentos próprios e acesso à internet e priorizando povos originários, povos e comunidades tradicionais, pessoas com deficiência e grupos socialmente vulnerabilizados, para torná-las acessíveis universalmente. Além disso, articular o desenvolvimento de estudos colaborativos e ações comunitárias, com cooperação entre poder público, instituições de ensino, setor privado e sociedade civil, de modo a promover a formação de cidadãos críticos, apoiando a construção de soluções adequadas às realidades locais e alinhadas aos ODS. As políticas, programas e iniciativas deverão ser acompanhadas por indicadores públicos e resultados, com a divulgação de relatórios periódicos de avaliação.

5.5. Eixo 5 - Governança participativa

5.5.1. Governança da Agenda 2030

Criar a Secretaria Nacional dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (SENODS), por meio da Política Nacional de Governança Participativa para a Agenda 2030, como órgão estratégico de coordenação transversal e do Sistema Nacional dos ODS, garantindo financiamento contínuo por meio de dotação orçamentária anual da União para fomentar iniciativas públicas e privadas, prioritariamente aquelas desenvolvidas por organizações da sociedade civil, com caráter complementar e indutor, não desobrigando as

demais pastas ministeriais de aplicarem os próprios recursos no cumprimento das metas de maneira estável, destinando-os às ações de impacto social, ambiental e econômico, com execução monitorada, assegurando a rastreabilidade das deliberações das Conferências Nacionais dos ODS, da Carta da Terra e demais instâncias de participação da Agenda 2030, mediante acompanhamento público de sua implementação em plataforma acessível e atualizada periodicamente, com coordenação em esferas estaduais e municipais e participação social.

5.5.2. Gestão Territorial e Monitoramento

Garantir governança participativa a partir de planos populares de desenvolvimento sustentável em todos os territórios nacionais, com especial atenção à Amazônia, bem como assegurar a governança participativa em decisões sobre processos de licenciamento ambiental e renovação de licenças em grandes empreendimentos, obras civis e infraestruturais, rodovias, hidroelétricas, mineração, beneficiamento mineral e demais atividades capazes de causar impactos socioambientais significativos nos territórios, com direito a consultas públicas e consentimentos prévios, livres e informados, escutas nos territórios, participação efetiva de povos originários e povos e comunidades tradicionais, com seus saberes ancestrais e demais atores locais, estabelecendo protocolos padronizados de consulta e relatórios de sustentabilidade, utilizando inventários de ciclo de vida como instrumento de governança ambiental e informacional, com monitoramento participativo e protagonismo das populações impactadas, prevendo estratégias de mitigação adaptadas às realidades locais e proteção territorial, com apoio de órgãos competentes e instituições de ensino e pesquisa.

5.6. Eixo 6 - Colaboração multisetorial e financiamento da Agenda 2030

5.6.1. Financiamento da Agenda 2030

Vincular os instrumentos de planejamento e orçamento público em todos os âmbitos federativos, por meio de legislação federal que integre os ODS e a Agenda 2030 ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), à Lei Orçamentária Anual (LOA) e aos planos municipais, garantindo marcação orçamentária das metas atendidas, definição de percentuais

mínimos por Objetivo conforme necessidades territoriais, acompanhamento digital e transparente dos indicadores de desempenho, apoio técnico a todos os entes da federação para o cumprimento das exigências orçamentárias e obrigatoriedade de criar, onde não existir, comissões dos ODS, com composição paritária entre sociedade civil e governo, dotada de equipe técnica e orçamento adequados ao seu funcionamento. Tais comissões deverão realizar visitas periódicas às zonas urbanas e rurais para coleta de informações e difusão da Agenda 2030, produzindo relatórios de avaliação inseridos em um sistema nacional participativo, deliberativo, vinculante e transparente que oriente a alocação de recursos e a implementação das políticas públicas.

5.6.2. Recursos para o Desenvolvimento Sustentável

Instituir mecanismos de acesso direto das comunidades a recursos de fundos sociais e territoriais, editais simplificados e microfinanciamentos contemplando os ODS, por meio de fóruns multissetoriais, colaboração multissetorial para financiamento da agenda 2030 e estabelecimento de redes que conectem comunidades e serviços, bem como formação de lideranças locais, plataformas e projetos territoriais de perfil socioespacial, econômico, agroalimentar, ambiental e cultural, com parcerias entre diferentes setores, assegurando transparência, participação social, respeito e valorização da cultura local, fomento à agroecologia e a ambientes saudáveis e seguros, bem como prioridade a iniciativas comunitárias de povos e comunidades tradicionais, povos originários aldeados e em contexto urbano, populações periféricas e territórios vulnerabilizados que sofrem com o ecocídio, gentrificação e racismo ambiental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo conferencial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Cubatão, realizado ao longo do primeiro semestre de 2026, consolidou-se como uma jornada ímpar de mobilização social e fortalecimento da democracia participativa no município. A articulação coordenada entre o poder público, o movimento Agenda 2030, instituições de ensino como o IFSP e a ETEC, além de organizações da sociedade civil como o CAMP Cubatão, permitiu a realização de uma rede capilarizada de conferências que transcendem a etapa municipal.

Este percurso, estruturado com base nas diretrizes da 1ª Conferência Nacional ODS, não apenas cumpriu o papel de coletar demandas e validar estratégias de desenvolvimento, mas também atuou no letramento cidadão sobre a Agenda 2030, promovendo uma reflexão crítica sobre a importância da sustentabilidade, da equidade de gênero, do combate ao racismo e da inclusão social em territórios complexos como o cubatense. A diversidade dos eixos temáticos discutidos — da mobilidade urbana inteligente à garantia de direitos humanos — reflete o compromisso local em formular um modelo de desenvolvimento alinhado às necessidades globais e, simultaneamente, profundamente enraizado nas especificidades e desafios locais.

As propostas agora sistematizadas, tanto as priorizadas para a etapa federal quanto aquelas que comporão o planejamento municipal, conferem ao município uma base técnica e política robusta para o biênio 2026/2028. A posse do COMODS e a oficialização de signatários do movimento local, ocorridas no âmbito das conferências, demonstram a seriedade com que a gestão municipal encara a institucionalização desses objetivos.

Por fim, Cubatão reafirma seu papel de vanguarda ao apresentar não apenas diagnósticos, mas soluções concretas e inovadoras para os desafios socioambientais. A delegação eleita em todas as etapas — municipal e livres — encontra-se plenamente capacitada para levar a Brasília a voz de um município que, reconhecendo seu passado, projeta, de forma coletiva e inclusiva, um futuro sustentável para as próximas gerações.

Conselho Municipal para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - COMODS

GESTÃO 2026/2028

I - Vice-Prefeita:
Andrea Maria de Castro

II - Assessor Especial de Coordenação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):
Sandra Regina Fonseca de Godoi

III - Chefe de Divisão e Planejamento e Controle dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):
Barbara Iseli Martins de Andrade

IV - Chefe de Serviço de Desenvolvimento Técnico, Gestão e Acompanhamento da Participação Direta dos Resultados:
Sheila Carla Pereira Santos da Silva

V - Servidor público da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Segurança Climática e Bem-estar animal:
Titular: Patrícia Cristina dos Santos Barbosa
Suplente: Amanda de Barros Riechelmann

VI - Servidor público da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano:
Titular: Melissa Louise Barros Sousa
Suplente: Patrícia Akemi Iraha Aguena

VII - Servidor público da Secretaria Municipal de Planejamento ou Finanças:
Titular: Talita Rodrigues de Araujo
Suplente: Giovanni Capello Salerno

VIII - Servidor público da Secretaria Municipal de Habitação:
Titular: Maria Aparecida Silva Ramos
Suplente: Luísa de Oliveira Britto Garcia

IX - Servidor público da Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Ariella Vaz Tucano Melo
Suplente: Viviane Teixeira Guimarães

X - Servidor público da Procuradoria Geral do Município:
Titular: Leandro Araújo Santos

Suplente: Lucas Silva da Costa

XI - Servidor público da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Natália Passos Ferreira
Suplente: Mayra Grillo dos Santos

XII - Servidor público da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Andreia Quiteria Mota Fragoso
Suplente: Andrea De Oliveira Carvalho Aragão

XIII - Servidor público da Secretaria Municipal de Cultura:
Titular: José Carlos Rodrigues
Suplente: Carla Rodrigues

XIV - Servidor público da Secretaria Municipal de Turismo:
Titular: Rosana Soares
Suplente: Edson Carlos da Silva

XV - Servidor público da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Cidadania:
Titular: Cristina Santos Candido
Suplente: Marco Antônio Tavares de Pinho Calderini

XVI - Servidor público da Secretaria Municipal de Comunicação Social:
Titular: Gabriel Arão dos Santos Correa
Suplente: Ismael Pereira

XVII - Servidor público da Secretaria Municipal de Ciência, Inovação e tecnologia:
Titular: Priscila Guimarães Garcia
Suplente: Vinicius Almeida dos Santos

XVIII - Servidor público da Secretaria Municipal de Indústria, Porto, Emprego e Empreendedorismo:
Titular: Letícia Andrade de Almeida
Suplente: Fabrício Lopes

XIX - Servidor público da Secretaria Municipal da Mulher e dos Direitos Humanos:
Titular: Samuel Lira de Oliveira Junior
Suplente: Julio Evangelis S. Junior

XX - Servidor público da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer:
Titular: Fabio Cavalcante da Silva
Suplente: Ester Rodrigues de Paula

XXI - Servidor público da Secretaria Municipal de Gestão:
Titular: Beatriz Fernandes Pereira
Suplente: Laura Beatriz Oliveira de Santana

XXII - Servidor público da Secretaria Municipal de Manutenção e Serviços Públicos:
Titular: Silvana Araújo Santos
Suplente: Stefany de Jesus Santos

XXIII - Representantes de Universidades ou Instituição de Pesquisa e Extensão, regularmente instalada na (ilegível) da Baixada Santista:
a) Titular: Solange Maria da Silva - IFESP
Suplente: Leandro Fabrício Campelo - IFESP
b) Titular: André Fabiano de Castro Vicente - ETEC
Suplente: Kely Renata Mariano da Silva - ETEC
c) Titular: Marcela Elena Fejes - CEPEMA/POLI - USP
Suplente: Osmar Francisco Gomes - CEPEMA/POLI - USP
d) Titular: - Cleber Ferrão Corrêa - UNISANTOS
Suplente: Márcia Aps - UNISANTOS

XXIV - representante da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Subseção de Cubatão:
Titular: Kátia Maria Louro Cação Araújo
Suplente: André Ricardo Lima Ferreira

XXV - representante do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura de São Paulo - CREA-SP ou Associação
Engenheiros e Arquitetos de Cubatão:
Titular: Marcelo Kazuo Onuki
Suplente: Robson Ramos de Lima

XXVI - representante do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS:
Titular: Denivaldo da Silva Pessoa, CRESS 70.815 - 9ª Região/SP
Suplente: vacância

XXVII - representante Setor Industrial - Centro de integração e Desenvolvimento Empresarial da Baixada Santista (CIDE):
Titular: Maria Anielle da Silva Rodrigues
Suplente: Ricardo Salgado e Silva

XXVIII - Representantes de Indústria estabelecida em Cubatão:
a) Titular: Fernanda Lorena - YARA
Suplente: Caroline Melo - YARA
b)Titular: Patricia Mazzante do Nascimento Crevilaro - EDGE COMERCIALIZAÇÃO S/A
Suplente: Gabriela Cassiano Fontoura - EDGE COMERCIALIZAÇÃO S/A

XXIX - Representantes de entidades ou Organização Não Governamental ou movimentos sociais:

a) Titular: Cátia Aparecida Rodrigues da Silva - ABC MARBAS
Suplente: Jeniffer Fernanda Bento - ABC MARBAS
b) Titular: Antonio Jorge dos Santos - CAMP
Suplente: José Antonio de Souza - Afoxé
c) Titular: Giane Lima Delfim - Amacri
Suplente: Caio Cesar Vicente Reis - Amacri
d) Titular: Alisse Araújo Ribeiro - Coletivo 302
Suplente: Alana Santos Souza da Silva - Coletivo 302
e) Titular: Cesar Neves de Souza - Assc. Prof. Munic Cubatão
Suplente: José Antonio D'Alrio - Adefic

XXX - Representantes de Associação de Bairro:

a) Titular: Adriana Risalva da Silva - AMELAC
Suplente: Cristina Cesari Augustinho - AMELAC
b) Titular: Welington Gonçalves de Souza - A M B. Jd 31 de março
Suplente: Isabella Simões de Souza - A M B. Jd 31 de março
c) Titular: Jaime Teodoro de Freitas Filho - Associação Afonso Schimidt
Suplente: Edilson Araújo Pereira - Associação Afonso Schimidt

XXXI - Representantes de Clube de Servir:

a) Titular: Maria Edna de Araújo - Soroptimist
Suplente: Erenita Maria Barbosa - Soroptimist
b) Titular: Marilda Canelas - Rotary
Suplente: Marilene Monte Real - Rotary
c) Titular: Dorgan da Silva Reis Filho - LIONS
Suplente: Roberto Rocha - LIONS

Glossário

Acervo (pág. 30) - Conjunto de propostas, documentos, registros ou bens coletados que são guardados e integrados ao patrimônio técnico ou histórico de uma instituição para fins de planejamento.
Aclamação (pág. 19) - Forma de votação ou aprovação coletiva manifestada por meio de sinais visuais ou sonoros unânimes (como levantar crachás ou palmas), sem a necessidade de contagem nominal de votos individuais.
Aferidos (pág. 22) - Verificados, medidos, conferidos ou validados com base em dados, listas presenciais ou critérios técnicos precisos.
Ambientação (pág. 19) - Fase ou espaço de recepção, integração e introdução técnica para situar os participantes sobre os temas e as dinâmicas de um evento.
Antirracista (pág. 31) - Postura, prática ou política ativa voltada para o combate, a desconstrução e o enfrentamento do racismo, de preconceitos e de privilégios raciais.
Apuração (pág. 23) - Contagem, verificação detalhada e checagem final dos votos ou dados coletados em uma eleição ou consulta pública.
Atribuição (pág. 12) - Competência, encargo, tarefa, direito ou obrigação conferida por lei ou regulamento a uma pessoa, comissão ou órgão.
Balizar (pág. 18) - Servir de guia, baliza, limite, referência ou parâmetro orientador para a execução de uma atividade ou construção de uma proposta.
Biodigestor (pág. 27) - Equipamento ou sistema fechado que processa matéria orgânica por meio de decomposição anaeróbica (sem oxigênio), gerando biogás e biofertilizante, utilizado como solução de saneamento ecológico.
Capilarizada / Capilarização (pág. 11) - Processo de ramificação, difusão ou extensão de uma ação para que ela chegue a todos os pontos, extremos ou setores mais periféricos de uma comunidade ou território.
Capitaneada (pág. 17) - Liderada, chefiada, coordenada ou comandada por alguém ou por uma instituição.
Célere (pág. 10) - Que ocorre de maneira rápida, ágil, veloz ou com brevidade.
Compilar (pág. 24) - Reunir, agrupar e ordenar em um só volume, lista ou documento várias informações, propostas ou textos dispersos.
Concomitante (pág. 17) - Que ocorre ou se realiza de forma simultânea, ao mesmo tempo que outro evento ou ação.
Conferencial (pág. 11) - Relativo ou pertencente a conferências; que segue o rito, a metodologia ou a estrutura de uma conferência deliberativa e participativa.
Configurou (pág. 13) - Tomou forma, caracterizou-se ou estabeleceu-se de determinada maneira no espaço e tempo.
Congregar/Congregando (pág. 17) - Reunir, juntar ou associar diferentes pessoas, grupos ou entidades em torno de uma causa, evento ou propósito.
Consolide (pág. 29) - Que torne sólido, firme, unificado ou fundido em um sistema estruturado único.

Convocatória (pág. 23) - Ato oficial ou documento por meio do qual se convoca publicamente os cidadãos para participarem de uma assembleia, eleição ou processo de debates.
Credenciamento (pág. 13) - Processo de identificação, registro e validação da participação de pessoas em um evento para confirmar seus direitos de voz, voto ou observação.
Delegações (pág. 12) - Grupos de pessoas escolhidas ou eleitas para representar oficialmente uma coletividade, instituição ou território em uma instância superior.
Deliberações (pág. 11) - Decisões tomadas após exame, debate e votação por um grupo ou assembleia legítima.
Deliberativa (pág. 13) - Que tem a competência, o poder ou a autoridade legal de votar, decidir e resolver de forma conclusiva sobre algo.
Deliberativo (pág. 13) - Que tem poder de decisão ou determinação por meio de voto.
Descentralizada (pág. 11) - Que não se concentra em um único órgão, poder ou local central; distribuída por diversas regiões, núcleos ou etapas.
Diagnósticos (pág. 36) - Análises detalhadas e levantamentos técnicos que identificam a situação atual, os problemas, as carências e os desafios de uma comunidade ou território.
Disparidades (pág. 24) - Diferenças acentuadas, desigualdades, assimetrias ou desproporções entre duas ou mais realidades ou grupos sociais.
Egressos (pág. 29) - Alunos que concluíram ou se formaram em um determinado curso, escola ou instituição de ensino.
Escalabilidade (pág. 19) - Capacidade que um projeto, prática ou solução possui de ser ampliado, replicado ou expandido para atingir uma escala muito maior sem perder suas qualidades essenciais.
Escrutínio (pág. 30) - Processo de votação, exame minucioso e contagem rigorosa dos votos para aprovação de uma matéria ou eleição de candidatos.
Estruturantes (pág. 17) - Que servem de base, alicerce ou estrutura essencial para a organização, sustentação ou desenvolvimento de um plano, projeto ou política.
Explanação (pág. 17) - Apresentação detalhada, exposição oral ou explicação técnica de um tema para torná-lo claro ao público.
Imperativo (pág. 10) - Que se apresenta como indispensável, obrigatório, urgente ou de extrema necessidade.
Institucionalização (pág. 36) - Processo de transformar uma prática, comissão, objetivo ou ideia em uma norma, estrutura ou órgão oficial e permanente dentro de uma instituição ou governo.
Interatividade (pág. 17) - Capacidade de comunicação e troca de informações ativa e recíproca entre os participantes (seja entre si ou com plataformas digitais).
Intergeracional (pág. 21) - Que envolve a interação, a troca de experiências, o diálogo ou a cooperação entre diferentes gerações (como jovens e idosos).
Interinstitucional (pág. 17) - Que ocorre por meio da cooperação, diálogo ou ação conjunta entre duas ou mais instituições diferentes.
Letramento (pág. 10) - No contexto do documento, refere-se ao processo de educar, conscientizar e capacitar os cidadãos para que compreendam e

saibam utilizar as informações e os conceitos de uma determinada agenda (no caso, a Agenda 2030).

Multidimensional (pág. 10) - Que envolve ou abrange múltiplas dimensões, fatores ou aspectos simultâneos (como a pobreza que afeta a renda, saúde, educação e moradia ao mesmo tempo).

Multidisciplinar (pág. 27) - Que envolve a colaboração, o conhecimento ou a atuação integrada de profissionais de diversas especialidades ou áreas do saber.

Neurodivergentes (pág. 32) - Indivíduos que possuem um funcionamento neurológico ou cognitivo que diverge do padrão considerado típico pela sociedade (como pessoas com autismo, TDAH, entre outros).

Ociosos (pág. 29) - Espaços públicos ou privados que se encontram sem uso, abandonados, inativos ou desprovidos de uma função social e prática.

Órteses (pág. 29) - Dispositivos aplicados externamente ao corpo para alinhar, apoiar, prevenir deformidades ou melhorar a função de partes móveis afetadas.

Pactuações (pág. 17) - Acordos formais, pactos ou ajustes firmados entre diferentes instituições ou partes interessadas para atingir objetivos comuns.

Parametrizar (pág. 22) - Estabelecer parâmetros, padrões ou critérios técnicos de organização, mensuração e comparação de dados.

Paritária (pág. 11) - Composição ou representação que possui igualdade numérica e de direitos entre as partes que a integram (ex: igual número de representantes do poder público e da sociedade civil).

Pioneiro (pág. 19) - Aquele que é o primeiro a abrir caminhos, a implementar uma nova ideia ou a desbravar uma iniciativa em um determinado cenário.

Pitch (pág. 22) - Uma apresentação oral curta, direta e objetiva, focada em transmitir as ideias essenciais de um projeto, proposta ou conceito em poucos minutos.

Plenárias (pág. 13) - Reuniões gerais ou assembleias soberanas com a presença de todos os participantes aptos a debater e votar as matérias em pauta.

Plurais (pág. 12) - Que possuem diversidade, multiplicidade de opiniões, culturas, origens e perspectivas; abertos à variedade.

Proposições (pág. 23) - Propostas, sugestões ou ideias apresentadas para serem debatidas, avaliadas e votadas em uma assembleia.

Protagonismo (pág. 10) - Atuação como figura principal ou líder em um acontecimento, processo ou mudança social; ter papel ativo e de destaque.

Próteses (pág. 29) - Peças ou aparelhos artificiais projetados para substituir parcial ou totalmente um membro, órgão ou parte do corpo ausente ou amputada.

Rastreabilidade (pág. 26) - Capacidade de acompanhar o histórico, a origem, a aplicação ou o percurso de uma informação, proposta ou processo ao longo de todas as suas etapas.

Regimentais (pág. 13) - Que estão em estrita conformidade com as regras, normas e determinações de um regimento interno.

Relatoria (pág. 18) - Função de registrar, documentar, resumir e elaborar o relatório técnico descritivo dos debates e propostas de uma comissão ou grupo de trabalho.

Respaldadas (pág. 17) - Apoiadas, legitimadas, garantidas ou que possuem fundamentação e suporte legal/institucional.
Robustecimento (pág. 10) - Ato de tornar algo mais forte, robusto, sólido ou resistente; fortalecimento de uma estrutura ou política pública.
Salvaguardando (pág. 20) - Protegendo, resguardando, defendendo ou garantindo a segurança e a integridade de um direito, processo ou documento.
Setoriais (pág. 12) - Relativas a um setor, segmento específico, área técnica ou temática de atuação.
Signatários (pág. 17) - Pessoas físicas ou jurídicas (instituições, empresas, movimentos) que assinam e firmam um acordo, termo de adesão, tratado ou documento, comprometendo-se com seus termos.
Sistematizar / Sistematizadas (pág. 26) - Organizar, classificar e ordenar dados ou informações de forma metódica, lógica e estruturada dentro de um sistema compreensível.
Socioassistenciais (pág. 22) - Relacionados aos serviços, programas, projetos e benefícios que integram a política pública de assistência social para a proteção de cidadãos.
Subsídios (pág. 23) - Elementos de apoio, informações, verbas, recursos ou auxílios que facilitam a realização de algo ou fundamentam uma decisão.
Subsídios conceituais (pág. 22) - Informações, teorias, dados ou bases de conhecimento que servem de apoio e fundamento para enriquecer uma discussão ou tomada de decisão.
Supletiva (pág. 12) - Que supre uma falta, omissão ou ausência; que atua de forma complementar ou substituta para garantir a realização de um ato.
Tecnologia Assistiva (pág. 29) - Recursos, equipamentos, dispositivos, estratégias e serviços que visam promover a autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
Territorialização (pág. 10) - Processo de adaptação, aplicação e implementação de diretrizes, metas ou políticas globais e nacionais (como os ODS) à realidade, necessidades e especificidades de um território local.
Transexualizador (pág. 31) - Relativo ao processo ou conjunto de cuidados de saúde integrados (médicos, psicológicos e sociais) voltados às pessoas transexuais que buscam a adequação de suas identidades de gênero.
Transversal (pág. 19) - Tema ou diretriz que atravessa horizontalmente diferentes áreas, setores ou disciplinas, integrando-se em múltiplos planejamentos simultaneamente.
Vanguarda (pág. 36) - Posição de liderança ou pioneirismo em um movimento, área do conhecimento ou inovação; estar à frente de seu tempo em soluções ou ideias.
Vulnerabilizados (pág. 22) - Indivíduos ou grupos sociais que foram colocados ou se encontram em situação de fragilidade, exclusão ou vulnerabilidade devido a condições econômicas, históricas ou sociais.



Realização:

CIDADE DE CUBATÃO

MOVIMENTO ODS CUBATÃO 2030

CMODS Conselho Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de Cubatão

Apoio:

CAMP Cubatão

Etec Cubatão

MOVIMENTO TEATRAL CUBATÃO

INSTITUTO FEDERAL São Paulo Campus Cubatão

Apoio institucional:

CNODS Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

MOVIMENTO NACIONAL ODS SÃO PAULO OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

